

c) O processo negativo, muitas vezes ineficiente pelos critérios adotados na selecção, realizada aqui, das bolsas de estudos oferecidas para brasileiros em Portugal;

d) A pressão de outras culturas com elementos e perspectivas mais ali-
ciantes;

e) As dificuldades bibliográficas e de informação.

III — POSSÍVEIS REMÉDIOS

a) Despertar na consciência brasileira de que se trata de um problema nacional.

b) Vitalização e actualização dos Gabinetes Portugueses de Leitura. Criação de novos;

c) Apoio aos Centros Universitários de Estudos Portugueses. Ampliação da sua actuação aos diversos ramos da actividade cultural, inclusive científica e tecnológica. Influência na distribuição das bolsas de estudo em Portugal;

d) Intercâmbio de professores;

e) Instalação de Livrarias e Centros de Informação em diversos pontos de maior densidade e influência (Polos).

PROF. HÉLIO SIMÕES

ATLÂNTICO SUL — UM OCEANO MORENO

1. A década que estamos vivendo é caracterizado pela tentativa de uma definição de fronteiras entre as super-potências mundiais. Essas fronteiras limitariam grandes regiões onde mutuamente se reconheceriam numa posição dominante. Tal parece ser o significado dos encontros de Moscovo e de Pequim envolvendo os E.U.A., a U.R.S.S. e a China. O processo de reconhecimento recíproco como super-potência, está portanto em curso. Por muito que desagrade aos representantes de outras potências, sobretudo europeias, a sua legitimidade não é reconhecida em tal processo. Trata-se do tradicional curso maquiavélico da negociação, onde o poder é a medida.

2. Um dos factores determinantes desse processo em curso foi a necessidade em que os E.U.A. se encontraram de rever os objectivos e instrumentos da sua política mundial.

Tal revisão traduz-se numa clara e quase totalmente pública análise da equação existente entre as metas nacionais e os meios disponíveis. Depois de um quarto de século a manter um assumido directório da organização militar do ocidente, a dominar a organização financeira mundial, a interferir, por iniciativa sua ou a solicitação, na vida interna de outros países e regiões, a fazer e pagar as guerras marginais do Ocidente, os E.U.A. viram-se compelidos a um sério compasso de reflexão.

Um dos aspectos mais conhecidos das conclusões dessa pausa, é a chamada vietnamização. Mas esta vietnamização é apenas uma afloração parcelar de uma atitude geral. Desde os já afastados dias da concepção da intervenção americana como sendo «uma estaca» de apoio aos governos de regiões política, económica e militarmente débeis, incapazes de resistir ao avanço soviético, decorreu uma experiência que está a reclamar novas fórmulas. Enquanto a busca desses novos modos de trabalho em comum se processa, avulta uma conclusão negativa preambular: *a fórmula do Estado Director não satisfaz as exigências dos países da Área Ocidental e nenhum Estado da área tem capacidade para assumir ou continuar assumindo essa posição.* Por outro lado, a dolorosa mas rica experiência dos arranjos ensaiados e frustrados dentro da mesma área, demonstra que *o seu pluralismo interior não pode deixar de ser expressão política nos esquemas de comparticipação que venham a ser adoptados.*

3. Não será necessário anotar aqui a extensão e riqueza desse pluralismo ocidental, mas tem sempre interesse e oportunidade insistir em que nem corresponde à realidade política, nem serve os interesses gerais, pretender avolumar uma só parcela, esquecendo o todo. Quando o Ocidente é reduzido à Europa, e esta é reduzida ao projecto do Mercado Comum, nem os factos nem os interesses são respeitados. A Europa dos Neutros, a Europa dos Satélites, a Europa da Contra Revolução, e sobretudo a Europa dos Pobres, não desaparecem politicamente em face da parcela rica da Europa do Mercado Comum. Nenhuma das parcelas deixa de ter uma função a desempenhar, *e nenhuma delas tem significado fora do quadro geral do Ocidente.* Um Ocidente Político, com amarras até ao Japão.

4. Na reorganização interna do Ocidente sobressai o problema do Atlântico, até hoje coberto militarmente apenas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte. Acontece porém que, ao mesmo tempo que entram em revisão aturada os mecanismos dessa Organização, o Atlântico Sul avulta em importância para a totalidade do Ocidente. Por ali passam, ali se concentram, sobretudo depois da perda do Canal de Suez, meios de transporte e recursos de que depende em grande parte o funcionamento dos países ocidentais. A presença crescente da esquadra soviética é a contraprova de que o Atlântico Sul se transformou num ponto essencial.

Não é de admitir, por respeito ao pluralismo ocidental, que a NATO venha a estender-se ao Atlântico Sul, nem é viável a fórmula de uma presença directora dos E.U.A. nessa área. Constitui uma zona autonomizada dentro do todo ocidental, onde a vocação para as responsabilidades tem de regionalizar-se. Não é difícil admitir que, de entre todos os povos ribeirinhos, a potência à qual a conjuntura aponta o destino manifesto de organizar a gestão comparticipada da área, é o Brasil. A grandeza obriga, mesmo que o desejo aponte em sentido diferente. O crescimento, a expansão consequente, o inevitável contacto com outras fronteiras de interesses, levarão necessariamente ao nascimento de um contencioso internacional brasileiro. E às responsabilidades directas, sendo o Atlântico Sul a zona onde mais evidentemente é de esperar que o fenómeno se manifeste. É uma projecção das responsabilidades amazónicas.

Dos interesses envolvidos na área, imediatamente se destacam os portugueses e, muito evidentemente, os sul-africanos. Se, por isso, há coisa que seja necessário esclarecer, é *que um problema tão grave e importante como o do Atlântico Sul, não pode deixar de ser encarado sem impedimento que resulte de diferenças ideológicas que não afectem o interesse comum da ordem e da segurança*, como seria o caso da política racial sul-africana. Ou seria a teoria anti-colonialista deste século. A linha do realismo é a única viável, e nela se encontrará também a Espanha. A razão, pelo que toca à Espanha, é que os dois países Peninsulares são a charneira de articulação natural entre a organização do Atlântico Sul e a do Atlântico Norte, o denominador comum que não será facilmente dispensado, além de que a Espanha pode ajudar à coordenação da América do Sul. Todavia, o papel de animador e inspirador não poderá ser contestado ao Brasil, pela sua força e capacidade. E também por ser o país mais indicado para persuadir os Estados Africanos de que o realismo não tem etnia preferida, e que lhes conviria apoiar a organização ou, pelo menos, que lhes convém não a hostilizar. Trata-se de uma equação de poderes, no quadro de uma disputa mundial entre super-potências, para defesa de interesses fundamentais: as soluções não poderão ser prejudicadas por divergências ideológicas que não são compartilhadas por todos os países da área. Os interessados necessitam dotar-se da capacidade de fazer reconhecer os seus interesses fundamentais sem descurar a persuasão dos que possam entender mal esses interesses. Mas tornando claro que os interesses são fundamentais. O êxito transformaria o Atlântico Sul, sob a liderança brasileira, num *Oceano Moreno*, criação e esteio da civilização ocidental. E seria um passo decisivo para o abrandamento de tensões e para o encontro de fórmulas de convívio a que tem faltado uma ocasião e uma oportunidade.